

SEDONA SOCIEDADE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

SEDONA SOCIEDADE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre às demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório da administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., referente ao semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Principais destaques:

A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sedona"), foi constituída em 11 de abril de 2023 perante a JUCESP e obteve sua autorização para funcionamento no Banco Central do Brasil ("BACEN") em 5 de setembro de 2024.

A Sedona integra o Conglomerado Crefisa, estando sujeito a normas e regulamentações aplicáveis as instituições financeiras pertencentes a conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2025 a Sedona encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações com crédito pessoal no 2º semestre de 2025.

A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., obteve um lucro líquido no exercício de R\$ 681 mil, uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 11,44%. O patrimônio líquido atingiu R\$ 6.618 mil em 31 de dezembro de 2025.

O índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 54,79%.

Auditor Independente:

A BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira.

Agradecimentos:

A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A., agradece aos acionistas, clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 27 de março de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.966/2021 e Resolução nº 352/2023 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições a autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

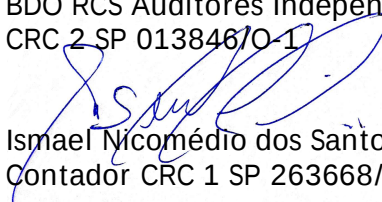
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

SEDONA SOCIEDADE CRÉDITO DIRETO S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO		
	Nota explicativa	31/12/2025		Nota explicativa	31/12/2025
Disponibilidades	4	153	Obrigações fiscais	7	11
Ativos financeiros mensurados	5.a	6.487	Imposto de renda e contribuição social a recolher		8
Ao valor justo		6.480	Outros Impostos e contribuições a recolher		3
Títulos e Valores Mobiliários		6.480	Outros passivos	8	12
Ao custo amortizado	6	7	Patrimônio líquido	9	6.618
Operações de crédito		16	Capital social - Domiciliados no país		5.000
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(9)	Reserva de lucro		1.625
Outros ativos		1	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados		
Diversos		1	abrangentes		(7)
Tota do ativo		6.641	Total do passivo e patrimônio líquido		6.641

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEDONA SOCIEDADE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração do resultado

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas de intermediação financeira		462	862
Operações de crédito		8	8
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b	454	854
Despesas da intermediação financeira		(9)	(9)
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito		(9)	(9)
Resultado bruto da intermediação financeira		453	853
Outras (despesas)/receitas operacionais		(110)	(152)
Outras despesas administrativas	10	(93)	(112)
Despesas tributárias	11	(17)	(40)
Resultado operacional		343	701
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		343	701
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(10)	(20)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica		(5)	(11)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido		(5)	(9)
Lucro líquido do semestre/exercício		333	681
Número de ações (em milhares)	9	5.000	5.000
Lucro líquido do semestre/exercício por lote de mil ações (R\$)		0,07	0,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEDONA SOCIEDADE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
	<u>2025</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido do semestre/exercício	333	681
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	<u>4</u>	<u>(7)</u>
Resultado abrangente do semestre/exercício	<u><u>337</u></u>	<u><u>674</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEDONA - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldo em 1º de julho de 2025	9	5.000	65	1.227	-	(11)	6.281
Lucro líquido do semestre		-	-	-	333	-	333
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	4	4
Destinação:							
Constituição de reserva legal		-	17	-	(17)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	316	(316)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9	<u>5.000</u>	<u>82</u>	<u>1.543</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>6.618</u>
Mutações do semestre		<u>-</u>	<u>17</u>	<u>316</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>337</u>
	Nota Explicativa	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	9	5.000	47	897	-	-	5.944
Lucro líquido do exercício		-	-	-	681	-	681
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(7)	(7)
Destinação:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	35	-	(35)	-	-
Constituição de reserva estatutária		-	-	646	(646)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9	<u>5.000</u>	<u>82</u>	<u>1.543</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>6.618</u>
Mutações do exercício		<u>-</u>	<u>35</u>	<u>646</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>674</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEDONA SOCIEDADE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre/exercício	333	681
Ajustes ao lucro líquido	4	(7)
Ajustes ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4	(7)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	337	674
Variações em ativos e passivos	(210)	(534)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(202)	(527)
(Aumento) de operações de crédito	(7)	(7)
(Aumento) de operações de outros ativos	(1)	(1)
Aumento em outros passivos	-	1
Caixa líquido originado em atividades operacionais	127	140
Aumento em equivalentes de caixa	127	140
Equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	26	13
Equivalentes de caixa no fim do semestre/ exercício	153	153
Aumento em equivalentes de caixa	127	140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Sedona" ou "Instituição"), sediado à Rua Canadá, nº 387 – São Paulo - SP, é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 2023 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com objetivo de realizar operações de empréstimos, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica e atuação como representante de seguros.

A Sedona integra o Conglomerado Crefisa, estando sujeito a normas e regulamentações aplicáveis as instituições financeiras pertencentes a conglomerado prudencial supervisionado pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de junho de 2025 a Sedona encontrava-se em fase pré-operacional, iniciando as operações com crédito pessoal no 2º semestre de 2025.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sedona conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Sedona em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. Os efeitos decorrentes da mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. Os instrumentos financeiros anteriormente avaliados a valor de mercado, foram reclassificados para a mensuração de valor justo por outros resultados abrangentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sedona. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2026.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas, devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários – carteira própria e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

(c) Ativos e passivos financeiros

I. Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao Custo Amortizado (CA); (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR;
- Teste SPPJ: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação

que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

Operações de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar, classificados ao custo amortizado.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023.

A Sedona integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente o Sedona, possui operações em carteira C5.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Sedona para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinados no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinado no artigo 78 (da resolução).
- Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito: A Sedona considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:
 - Operação com atraso superior a 90 dias;
 - Operações classificadas como Repactuação de Crédito;
 - Refinanciamentos decorrentes de operação com atraso superior a 90 dias;
 - Medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento das obrigações nas condições pactuadas;
 - No caso de “Pessoa Jurídica”, operações/contrapartes com falência e/ou recuperação judicial decretada (as operações PJ que estão na base já estão em prejuízo).

Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os títulos e valores mobiliários de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte e pertencentes a mesma coligada, sofrerão os efeitos dos arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo a Sedona, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação após 720 dias de atraso.

A Sedona deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Sedona considera as seguintes premissas:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Recebimento acima de 50% do principal da operação refinanciada; e
- Pagamento de no mínimo 2 parcelas consecutivas em “dia” do contrato refinanciado.

Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais:

- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito) pela Companhia.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Sedona optou em utilizar a “metodologia linear” para operações de crédito e com características de crédito.

II. Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

(d) Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Descrição	Índice (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de Imposto de Renda	10,00
Contribuição social	25,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para Imposto de Renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

(e) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

(f) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN no. 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

(g) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisão para perdas com operações de crédito e passivos contingentes; (ii) *impairment* dos ativos não financeiros; e (iii) ajuste a mercado de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nestas estimativas.

(h) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Sedona e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Sedona e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, não houve resultados não recorrentes.

(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, considerando as premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2025;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

(j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

(k) Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025, com base na Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Sedona Sociedade de Crédito Direto S.A. através de estudos técnicos elaborados e realizados pela alta administração de negócios não adotará e não fará a aplicação da referida norma entendendo não ser objeto de negócio da instituição, tanto por imaterialidade como também pelo fato de não ter característica de empresa arrendatária em seus contratos de prestação de serviços, não fazer locação nem tampouco sublocação ou quaisquer outras interveniências que venham a caracterizar operações de arrendamentos.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	153
Total	153

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2025	
Descrição	Valor do custo amortizado	Valor de mercado / contábil
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.480	6.480
Total	6.480	6.480

O prazo de vencimento do título é de 1º de setembro de 2027.

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	2º semestre 2025	Acumulado 2025
Rendas de títulos de renda fixa	454	854
Total	454	854

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Operações de crédito

Ativos Financeiros ao custo amortizado

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2025 estão compostas por Empréstimos – Crédito Pessoal Pessoa Física – Setor Privado, atualizadas de acordo com os contratos.

Por tipo de operação:	<u>31/12/2025</u>
Empréstimos e títulos descontados	16
Provisões para perdas incorridas associadas ao risco de crédito	(6)
Provisões para perdas adicionais associadas ao risco de crédito	(1)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2)
Total	<u>7</u>

Por faixa de vencimento:	<u>31/12/2025</u>
Não problemáticos:	
De zero a 14 dias de atraso	3
De 61 a 90 dias de atraso	1
Problemáticos Inadimplidos:	
Menor que um mês	12
Total	<u>16</u>

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2025</u>
Saldos iniciais	-
Provisão constituída no exercício	9
Saldo final	<u>9</u>

7. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2025</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8
Pis e Cofins a recolher	3
Total	<u>11</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros Passivos

	31/12/2025
Tesouraria	12
Total	12

9. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2025 está representado por 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas no montante de R\$ 5.000.

(b) Reserva de lucros

Conforme determinado na Lei nº 6.404/76, a reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social, sendo constituído no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 35 a título de reserva legal e o montante de R\$ 646 a título de reserva estatutária, totalizando o montante de R\$ 1.625 de reserva de lucros.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(d) Ajustes Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Em dezembro de 2025 foram realizados ajustes de outros resultados abrangentes no valor negativo de R\$ 7 e refere-se principalmente à marcação a mercado de Instrumentos Financeiros Classificados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2025	Acumulado 2025
Despesas de serviços de terceiros	58	59
Despesa com serviços do sistema financeiro	1	1
Despesas com processamento e dados	6	6
Despesas com publicações	-	8
Despesas de serviços técnicos especializados	27	37
Emolumentos judiciais e cartorários	1	1
Total	93	112

11. Despesa Tributária

	2º semestre 2025	Acumulado 2025
Despesas de contribuição ao COFINS	14	26
Despesas de contribuição ao PIS	3	6
Despesas tributárias	-	8
Total	17	40

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sedona optou pela apuração do imposto de renda sobre pessoa jurídica ("IRPJ") e da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") através regime do lucro presumido:

	2º semestre 2025	Acumulado 2025
Imposto de renda	5	11
Contribuição social	5	9
Total	10	20

12.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir estão demonstrados os cálculos para apuração dos tributos corrente:

	31/12/2025
Receita Bruta	
Total Receita Operacional	862
Rendimentos Financeiros	
Redutor da Base de Cálculo do IRPJ - 8%	69
Base de Cálculo do IRPJ	69
Imposto de Renda	11
Despesa com Imposto de Renda	11

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>
Redutor da Base de Cálculo do CSLL - 12%	<u>103</u>
Base de Cálculo da CSLL	103
Contribuição Social (9%)	<u>9</u>
Despesa com Contribuição Social	9
Total Despesa Imposto de Renda e Contribuição Social	<u><u>20</u></u>

A Administração avaliou o reconhecimento de ativo fiscal diferido e concluiu pela não constituição, considerando (i) a ausência de evidência convincente de geração de lucros tributáveis futuros, especialmente diante do histórico recente de resultados, (ii) o grau de incerteza associado às projeções econômico-financeiras.

13. Contingências

A Sedona não possui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral que exija divulgação nas demonstrações contábeis ou constituição de provisão, conforme os critérios previstos nos pronunciamentos contábeis aplicáveis.

14. Transações com partes relacionadas

a. Remuneração da Administração

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 não houve remuneração do pessoal-chave da administração, em razão da renúncia formal dos administradores.

b. Outras partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão refletidas nas seguintes contas:

	<u>Valor</u>
• Prestação de serviços Crefitech Serviços de Tecnologia S.A.	16
• Tarifa de serviços Banco Crefisa S.A.	1

15. Gerenciamento de Riscos e de Capital

a. Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial (“Crefisa”), que compreende a Crefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos, o Banco Crefisa S.A. e a Sedona, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de Crédito

A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas.

Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias e ações de cobrança.

Risco de Mercado e IRRBB

A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (*Value at Risk*).

Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza *backtesting* para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress.

Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do Δ EVE (*Delta Economic Value of Equity*). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco.

Risco de Liquidez

Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descasamento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente.

Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas.

Risco Operacional

A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco.

Risco Socio, Ambiental e Climático

O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações.

Risco de Continuidade de Negócios

O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita.

Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano.

Risco de Conformidade (Compliance)

A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades.

Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos.

Risco de Privacidade e Proteção de Dados

A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA).

A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros.

Risco Cibernético

O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição.

Foram incorporados novos processos com o objetivo de fortalecer de forma contínua a governança de segurança da informação, a mitigação de riscos operacionais e a proteção dos ativos críticos da organização. As iniciativas incluem o aprimoramento da gestão de regras de firewall, com a eliminação de permissões excessivas; a adoção de revisões periódicas e sistemáticas dos acessos aos sistemas de transações financeiras; a consolidação e o ajuste das configurações avançadas do EDR (Endpoint Detection and Response) CrowdStrike para detecção e resposta a ameaças; a implantação do serviço de MDR (Managed Detection and Response) em regime 24x7; a implementação de ferramenta dedicada à gestão de vulnerabilidades (Tenable); a execução de um programa estruturado de educação e conscientização em segurança da informação; a implantação de MFA para Citrix, VPN e usuários do Office 365; bem como a criação de alçadas sistêmicas de aprovação e o reforço das restrições de acesso, com monitoramento contínuo, gravação de sessões e registro detalhado de logs no sistema de Pagamentos.

b. Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador.

Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa.

O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de R\$ 6.888.000 em 31 de dezembro de 2025, sendo a totalidade desse valor enquadrada como PR Nível I.

O Índice de Basileia nessa data foi de 54,79%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador.

c. Análise de Sensibilidade

Em cumprimento ao disposto no art.35 da Resolução BCB nº 2/20, o Conglomerado Prudencial Crefisa realizou análise de sensibilidade que é uma ferramenta fundamental na gestão de riscos, pois permite avaliar o impacto de mudanças extremas em variáveis de mercado, crédito, liquidez e capital sobre a posição da instituição. A seguir, descrevemos como essa análise é aplicada em cada tipo de risco:

Risco de Mercado: Para o estresse de mercado, é utilizado um cenário adverso em que as curvas do ativo objeto dos ativos são deslocadas (choques paralelos), refletindo um ambiente de estresse macroeconômico. O objetivo é medir a sensibilidade do portfólio a movimentos bruscos nas taxas de mercado.

Risco de Crédito: A análise de sensibilidade é feita por meio do rebaixamento em dois níveis de rating para cada operação. Essa abordagem permite mensurar o impacto de um eventual agravamento da qualidade de crédito dos tomadores nas provisões e na exposição ao risco.

Risco de Liquidez: O estresse de liquidez considera a redução da liquidez diária pela estimativa do VaR estressado, que representa a máxima perda esperada em um dia em cenário extremo. Esse ajuste busca garantir que a instituição mantenha reservas suficientes mesmo em momentos de alta volatilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de Sensibilidade (Reais / mil)	
Crédito	766.415
Liquidez	1.599.363
Mercado	101.933

Risco de Capital: Para o capital, a análise considera os dois piores cenários combinados de Δ EVE (Economic Value of Equity) e Δ NII (Net Interest Income), recalculando o Índice de Basileia diante de perdas simultâneas em valor econômico e resultado financeiro. Essa abordagem visa capturar o impacto conjunto sobre a solvência da instituição.

Cenário N ₁	Δ EVE cenário1 (R\$ Mil)	Cenário N ₂	Δ EVE cenário2 (R\$ Mil)	Cenário I ₁	Δ NII cenário1 (R\$ Mil)	Cenário I ₂	Δ NII cenário2 (R\$ Mil)
Paralelo de Baixa	190.477	Paralelo de Baixa	190.477	Paralelo de Alta	-65.947	Paralelo de Baixa	55.640

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

16. Relacionamento com a auditoria

Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a Sedona, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua conclusão.

Mara Silvia Ramos
Diretora Presidente

Gabriel Klinger Salvini
Diretor

Marcio Felipini
Contador-TC- CRC 1SP 197.370/O-2